

**Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
Republica**

24ª Reunião Ordinária do CNCD-LGBT

Ata da ordem do dia 18 de dezembro de 2014

Brasília – DF

Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República

Ata da Reunião 24ª Ordinária do CNCD-LGBT

Data: 18/12/2014

1 Aos dezoito do mês de dezembro de dois mil e quatorze teve início a 24ª Reunião Ordinária do
2 CNCD-LGBT, sob a Coordenação do Sra. Janaina Barbosa Oliveira – Presidenta do CNCD-LGBT.
3 Estiveram presentes os seguintes participantes: Marina Reidel, Representante da ABEH; Ialê Mello,
4 Representante da SEPPIR; Heliana Hemetério, Secretária de Direitos Humanos/ABGLT-PR; Maria
5 Guilhermina Cunha Salasário, Representante da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas,
6 Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT; Samanda Alves de Freitas, Coordenadora-Geral do
7 Conselho Nacional LGBT; Giovana Baby, Representante da Associação Nacional de Travestis e
8 Transexuais; Léo Mendes, Secretário de Comunicação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas,
9 Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Keila Simpson, Representante da ANTRA; Zezinho,
10 Presidente da Câmara de Norma e Legislação/CNTE; Roselaine Dias; Representante da Liga
11 Brasileira de Lésbicas; Irina Karla Bacci; Representante da Ouvidoria Nacional de Direitos
12 Humanos/SDH; Carlos Alves, Representante da Central de Movimentos Populares/Setor Nacional
13 LGBT; Beatriz, Representante do OMJ; Yone Baptista Lindgren, Representante da GBL; Marta,
14 Representante do Ministério do Planejamento; Marylúcia Mesquita Palmeira, Representante do
15 Conselho Federal de Serviço Social; Lucas de Alencar, Representante da OAB; Alexandre Silva
16 Bortolini, Representante do Ministério da Educação; Rita; Lohren Beauty, Representante do e-
17 Jovem; Geovan, Representante do FONAJUNE. **ABERTURA:** A Presidenta do CNCD-LGBT,
18 Sra. Janaina Barbosa Oliveira, inicia a reunião cumprimentando a todos e prosseguindo para o
19 ponto de pauta sobre os informes. A Representante da ABEH, Sra. Marina Reidel, informa que
20 aprovaram e pautaram na Conferência Nacional de Educação várias questões, inclusive as
21 discussões sobre a questão do nome social. A Representante da SEPPIR, Sra. Ialê Mello, comunica
22 que semana passada houve uma nova eleição dos novos Conselheiros do Conselho Nacional de
23 Políticas de Igualdade Racial, em que pela primeira vez a SEPPIR tem um assento LGBT, sendo
24 que um membro da Rede Negros e Negras faz parte do Conselho Nacional. A Secretária de Direitos
25 Humanos/ABGLT-PR, Sra. Heliana Hemetério, notifica que participou, como Conselheira, do
26 Congresso Nacional de Psicologia que aconteceu do dia 25 a 28 de novembro em São Paulo, da
27 qual participou da discussão de como cuidar das questões de orientação sexual na psicologia. A

28 Representante da ABGLT, Sra. Maria Guilhermina Cunha Salasário, informa que realizaram nos 16
29 dias de ativismo de enfrentamento à violência contra a mulher em Florianópolis, uma Mesa de
30 discussão que tratava de diversidade e gênero no mundo do trabalho. A Coordenadora-Geral do
31 Conselho Nacional LGBT, Sra. Samanda Alves de Freitas, comunica que em nome da
32 Coordenação, participou da Reunião do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos
33 Humanos realizada em novembro na Argentina, sendo que a mesma é antecedida pelas reuniões dos
34 Grupos de Trabalho e com as Comissões Permanentes. Arrazoa que o Grupo de Trabalho que
35 discute a pauta LGBT apresentou várias propostas que tiveram algumas dificuldades de encaminhar
36 um consenso em razão do Paraguai e que, a próxima RAADH será no Brasil no mês de maio, em
37 que terão a tarefa de construir um Plano de Trabalho para o Pleno aprovar a mudança do Grupo de
38 Trabalho para Comissão Permanente que foi uma proposta da reunião, além de terem que construir
39 alguma atividade com o Conselho dentro da próxima reunião da RAADH. Comunica também que
40 no II Fórum Mundial dos Direitos Humanos que aconteceu em Marrakesh foi construída uma
41 atividade sobre a Política Pública LGBT no Brasil, em um espaço paralelo. A Representante da
42 ANTRA, Sra. Giovana Baby, relata que a Universidade Federal do Estado do Piauí aprovou o uso
43 do nome social das pessoas travestis e transexuais em toda documentação escolar da Universidade.
44 O Secretário de Comunicação da ABGLT, Sr. Leo Mendes, notifica que foram convidados para
45 participarem do I Seminário LGBT da FAUBRA, em que houve a forte participação de setores
46 administrativos, servidores não docentes das Universidades do Brasil e que, no II Fórum Mundial
47 de Direitos Humanos, acontecido em Marrocos, Marrakesh, houve pouca presença da Comunidade
48 LGBT do mundo e uma forte presença dos países árabes. Compreende que o maior avanço do
49 Fórum foi a assinatura do Rei Mohamed e do Presidente do Marrocos do acordo com a ONU de não
50 cometer mais tortura no país e pondera que comprometeram em realizar o III Fórum Mundial na
51 Argentina em 2016. Notifica também que participaram do III Fórum Interconselhos, onde foi
52 apresentando um material belíssimo sobre a história de cada rede que faz parte deste Conselho e das
53 políticas públicas que foram implementadas no Brasil da população LGBT. A Representante da
54 ANTRA, Sra. Keila Simpson, informa que realizaram uma atividade de 10 dias no Centro de
55 Promoção e Defesa em Salvador, que tratou sobre os direitos humanos e articula que estabeleceram
56 algumas diretrizes para ampliação dos trabalhos. Postula que participaram do XI Encontro Regional
57 do Nordeste de Travestis e Transexuais que aconteceu em João Pessoa e que estão programando
58 para dia 27 de janeiro a 02 de fevereiro uma atividade em comemoração ao Dia Nacional da

59 Visibilidade Trans em Recife. O Presidente da Câmara de Normas e Legislação, Sr. Zezinho,
60 comunica que do dia 19 a 23 de novembro foi realizado a etapa nacional da CONAE, em que o
61 Conselho se fez presente através da Conselheira Marina Reidel e foram aprovadas várias questões
62 importantes para a pauta LGBT. A Sra. Maria Guilhermina Cunha Salasário notifica que em 2017
63 sediarão em Florianópolis o Encontro Mundial de Mulheres, concomitantemente com o Encontro
64 Fazendo Gênero na Universidade Federal. A Representante da Liga Brasileira de Lésbicas, Sra.
65 Roselaine Dias, informa que a URGS adotou na sua organização o uso do nome social das pessoas
66 trans e travestis e que, tiveram esse ano a eleição do Conselho Estadual LGBT, sendo que em
67 janeiro está convocada a eleição para a Mesa Diretora. Arrazoa que participaram do Seminário
68 Integral de Saúde das Mulheres Lésbicas e Bissexuais em Novembro, do qual teve o propósito de
69 apresentar alguns estudos que o Ministério está fazendo em relação a essa população e que,
70 participaram também do Fórum Interconselhos representando o Conselho e do *Workshop* da
71 Juventude. Intui que seria importante ter momentos em que haja discussões da juventude
72 regionalizada para contribuir com essa população dentro do segmento LGBT. A Representante da
73 Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Sra. Irina Karla Bacci, notifica que recebeu uma
74 denúncia em que um garoto de oito anos foi espancado até a morte pelo pai por ser afeminado, visto
75 que houve intervenção do Juiz devido o Conselho Tutelar já teria conhecimento dos frequentes
76 espaçamentos entre outras negligências. Discorre que interviram junto a Delegacia e ao Ministério
77 Público pelo fato de que não deixasse de considerar que o espancamento se deu pelo fato que o
78 menino apresentava comportamento que não condizia com o padrão que o pai esperava e pondera
79 que no dia 16 de novembro o Juiz acatou a representação do Ministério Público, embasados nos
80 argumentos apresentados. Infere que o Conselho deveria se manifestar um apoio à decisão do Juiz.
81 A Presidenta acata a sugestão e solicita que a Sra. Irina Karla Bacci envie por *e-mail* os fatos desse
82 caso para poderem embasar na constituição do documento. O Representante da Central de
83 Movimento Popular/Setorial Nacional LGBT, Sr. Carlos Alves, articula que realizaram no dia 14 de
84 dezembro a Parada LGBT em Maricá e informa que aconteceram dois assassinatos de travestis em
85 Nova Iguaçu na última semana. Notifica que acompanharam o caso do Fábio da Conceição que foi
86 assassinado em 2013, em que os acusados foram condenados e solicita que a Secretaria de Direitos
87 Humanos acompanhasse os vários casos de prisões ilegais dos movimentos sociais que estão
88 acontecendo no Rio de Janeiro. Relata que lançarão a Campanha “O Petróleo é Nosso, a Homofobia
89 não”, juntamente com o Sindipetro/RJ. A Sra. Irina Karla Bacci elucida que a Secretaria de Direitos

90 Humanos se posiciona em todos os casos relacionados a ocupações e despejos com violência e
91 compreende que os movimentos sociais do Rio de Janeiro devem solicitar uma audiência com a
92 Secretária Regina Miki da SENASP, porque possui uma interlocução muito próxima com todos os
93 Secretários de Segurança Pública do Brasil. A Representante do OMJ, Sra. Beatriz, desculpa-se
94 pelo atraso e explana que estão realizando no Ministério da Justiça um evento dos 10 anos da
95 Secretaria de Reforma do Judiciário, inclusive com a premiação e concessão de medalhas a vários
96 atores que tem auxiliado no acesso à justiça nos últimos anos no Brasil. Esclarece que em relação ao
97 Rio de Janeiro, a SENASP tem atuado junto ao Estado do Rio de Janeiro para trabalhar com os
98 policias desse Estado e que, realizaram em novembro uma iniciativa, principalmente para trabalhar
99 com os policiais que estão nas unidades de polícia pacificadora com relação às questões de respeito
100 aos direitos humanos, a questão racial, a questão da homofobia e a questão das mulheres, inclusive
101 realizando seis cursos de convivência e segurança cidadã. A Representante da GBL, Sra. Yone
102 Baptista Lindgren, informa que participou do Seminário da Saúde Integral da Mulher Lésbica e
103 Bissexual e que, estiveram representando o Conselho na Executiva Nacional de Estudantes de
104 Comunicação Social na UFRJ participando da temática de comunicação, cultura e resistência e na
105 Parada da Diversidade realizada no Arraial do Cabo. A Representante do Ministério do
106 Planejamento, Sra. Marta, intui que é importante o Conselho participar efetivamente, fazendo com
107 que estejam na próxima PPA as ações que são consideradas mais importantes na luta LGBT. A
108 Representante do Conselho Federal de Serviço Social, Sra. Marylúcia Mesquita Palmeira, articula
109 que enquanto Conselho Federal de Serviço Social e CNCD estiveram no Seminário Nacional de
110 Atenção Integral a Mulheres Lésbicas e Bissexuais, participando da Mesa que tratou sobre a revisão
111 bibliográfica sobre a atenção integral a saúde das mulheres lésbicas e bissexuais com Dra. Andreia
112 Rufino, em que destacaram o resgate do papel e da contribuição do conjunto CFESS CRESS na luta
113 pela livre orientação, expressão sexual e identidade de gênero. Informa que será realizado nos dia
114 11 e 12 de junho de 2015 em São Paulo o Seminário Nacional sobre o Exercício Profissional do
115 Assistente Social, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Diversidade Trans e que, foi realizado
116 no dia 30 de novembro e 04 dezembro de 2014 o XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em
117 Serviço Social, Lutas Sociais e Produção do Conhecimento, Desafios para o Serviço social no
118 Contexto da Crise do Capital no campus da Universidade Federal do Rio de Grande do Norte,
119 ressaltando que no primeiro dia houve uma Mesa sobre lutas, movimentos sociais e produção de
120 conhecimento do serviço social, movimento feminista, negro e LGBT. Disponibiliza para todos os

121 participantes um arquivo do CNCD sobre um breve histórico do Seminário Nacional de Lésbicas. O
122 Representante da OAB, Sr. Lucas de Alencar, comunica que foi aprovada a transformação da
123 Comissão Nacional de Diversidade Sexual, em uma Comissão permanente na Conferência Nacional
124 dos Advogados e que, também foi aprovada a iniciativa por parte do Conselho Federal de levar
125 adiante o projeto do Estatuto da Diversidade Sexual, que foi elaborado pela Comissão em 2011 e no
126 Fórum Mundial em 2013. Relata que participou de uma Audiência Pública promovida pelo
127 Ministério Público da União no MPDFT, com a participação do Ministério Público do Trabalho e
128 com a ausência do Ministério Público Federal, em que houve a denúncia que existe um
129 descumprimento da Polícia Civil por parte do Distrito Federal da Resolução nº 01 do Conselho que
130 trata do acolhimento das pessoas LGBT em privação de liberdade. A Sra. Heliana Hemetério
131 solicita uma elucidação sobre como funciona a questão do Ministério em relação aos casos do Rio
132 de Janeiro e o Sr. Carlos Alves esclarece que o movimento tem levados as questões ao Governo do
133 Estado, através da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. A Sra. Beatriz ilustra
134 que o caminho que o Governo Federal tem seguir, é cobrar que as ações sejam apuradas. A Sra.
135 Janaina Barbosa Oliveira comunica que dois grandes temas que vieram à tona repentinamente no
136 sentido de uma aprovação contra a pauta LGBT, um tratando sobre o Estatuto da Família, que foi
137 adiado para 2015, e outro sobre a questão do PL 122 do Código Penal que ao longo do processo de
138 debate houve uma construção de um documento que pudesse minimamente assegurar o direitos da
139 população LGBT, sendo que o Relator Viral teve a oportunidade na sua avaliação de fazer o
140 encaminhamento necessário para o reconhecimento do crime da homofobia no país, mas
141 entenderam que a ordem dessa matéria não cabia no Código Penal, solicitando apensamento para
142 retorno para a Comissão de Direitos Humanos. A Sra. Samanda Alves de Freitas relata que o
143 primeiro plano seria que de repente o Governo não aprovaria o relatório; o segundo seria dialogar
144 com o Senador Vital para tentar convencê-lo a acatar as emendas apresentadas pelos Senadores:
145 Randolfe, Ana Rita e Marta Suplicy; e o terceiro seria fazer um acordo com o Senador, colocando
146 em votação o PLC 122 e o Código Penal. Postula que em conversa com a Senadora Marta Suplicy,
147 a mesma colocou que era quase certo não dar quórum e ressalta que existem vários outros projetos
148 que foram apensados. A Sra. Irina Karla Bacci infere que com estratégia devem pensar que o
149 relatório apenas foi lido e não foi aprovado e que, precisam ter uma Agenda continua em Brasília
150 fortalecendo o movimento, estando constantemente presente no Congresso Nacional nos próximos
151 quatro anos. Sugere pensarem em uma Agenda de 2015 constante no Congresso Nacional para

152 mostrarem que precisam de direitos. A Presidenta agradece os informes e segue para a aprovação de
153 pauta, e não havendo nenhuma manifestação, a pauta é considerada aprovada. Uma participante
154 propõe ao Conselho que publicasse uma Nota posicionando contra a revogação do Estatuto do
155 Desarmamento e o Sr. Alexandre Silva Bortolini solicita que a SDH procurasse informações sobre o
156 Acordo de Cooperação que foi firmando junto com o Ministério da Educação, sobre o PRONATEC
157 Direitos Humanos. A Presidente solicita que essa pauta entre na próxima reunião do Conselho para
158 que a SDH se organize e faça o esclarecimento. O Sr. Alexandre Silva Bortolini sugere que seja
159 convidado um representante do PRONATEC na próxima reunião para apresentação do acordo,
160 como também para agregarem a possibilidade de encaixar outros públicos. Prosseguindo para o
161 item cinco da pauta, a Sra. Marylúcia Mesquita Palmeira infere que precisam em fevereiro de 2015
162 saber de fato qual é o planejamento orçamentário e propõe procurarem o MEC para saber qual será
163 a fomentação orçamentária destinada para 2015, para que possam dialogar com o Governo não
164 apenas na perspectiva política pedagógica. O Sr. Alexandre Silva Bortolini explana que o
165 orçamento das ações não está exatamente dividido entre as populações e a Sra. Samanda Alves de
166 Freitas entende que precisam repactuar o Sistema Nacional LGBT, sendo que na Oficina sobre a
167 Rede de Proteção LGBT realizada em Salvador ficou nítido que precisam no primeiro semestre
168 realizar alguns Fóruns para dialogar sobre o mesmo. A Sra. Carlos Alves alerta que o novo Ministro
169 da Fazenda apontou um corte total nas verbas para as políticas públicas, voltadas para os Direitos
170 Humanos. A Presidenta discorre que foi dito no seu diálogo com as lideranças de Tocantins, por se
171 tratar de um processo eleitoral, que haveria um cenário com possibilidade ou não de mudanças,
172 visto que após as eleições, voltariam a provocar o Governo. Sobre a questão orçamentária, elucida
173 que a partir da provocação da SNJ no processo do Seminário da Juventude LGBT com o Governo,
174 possam ser organizar para incidir no PPA e em outros instrumentos de ordem comum. O Sr.
175 Alexandre Silva Bortolini compreende que talvez fosse interessante pensar em uma Agenda 2015
176 de incidência regional e estadual para identificar os Estados que ainda não possuem Plano.
177 Seguindo para o item seis da pauta, a Sra. Samanda Alves de Freitas relata que em 2012 foi lançado
178 o primeiro relatório com os dados de 2011 sobre a violência homofóbica no Brasil, sendo que em
179 2013 foi lançado o segundo relatório com os dados de 2012 e esse ano será lançado o terceiro
180 relatório com os dados de 2013. Pondera que realizaram uma avaliação de como colocar os dados
181 que são colhidos no DISQUE 100 e que, serão disponibilizados para qualquer Conselheiro os dados
182 brutos. Articula que foi reorganizada uma equipe de indicadores de Direitos Humanos para envio

183 dos dados que foram produzidos pelo Consultor para que sejam lançados até março os dois
184 relatórios de 2014 em 2015. Destaca que o relatório mostra uma diminuição no número de
185 denúncias no DISQUE 100 e propõe ao Conselho criar um novo Grupo de Trabalho para repensar
186 em uma metodologia do relatório da violência homofóbica no Brasil junto com a Secretaria de
187 Direitos Humanos, visto que foram encontradas algumas preocupações na mesma. O Sr. Alexandre
188 Silva Bortolini entende que o relatório poderia agregar outros indicadores e ilustra que o MEC está
189 participando de uma discussão intersetorialmente, com o MDS, o SUS e outros Ministérios sobre a
190 ficha de notificação que incluirá questões sobre a orientação sexual, identidade de gênero e
191 homofobia. A Sra. Irina Karla Bacci propõe realizarem uma reunião em janeiro para coletarem
192 todos os indicadores que o Governo tem, realizando uma reunião em fevereiro junto com a reunião
193 da Câmara Técnica de Violência para apresentação dos indicadores e elaboração do Grupo de
194 Trabalho para pensar em uma metodologia para os outros anos com a participação de convidados. A
195 Presidenta intui que é importante trazer os pontos traçados pela juventude e também encaminhar
196 para a Coordenadora da Política para que incorpore as provocações em um novo modelo de
197 mecanismo que torne mais acessível às denúncias. Lembra que ainda recebem denúncias de
198 dificuldade de acesso de registrar queixas pelo telefone. A Sra. Samanda Alves de Freitas reforça
199 que realizarão a reunião em janeiro para que na reunião da Câmara Técnica seja trazida uma
200 proposta de metodologia. Após o almoço, a Sra. Janaina Barbosa Oliveira segue para o relato da
201 Técnica de Legislação e Normas. A Sra. Marylúcia Mesquita Palmeira discorre que a Câmara
202 Técnica de Legislação e Normas propõe que as reuniões deste plenário sejam às sextas-feiras
203 considerando a dificuldade de deslocamento de boa parte dos Conselheiros, sendo nas seguintes
204 datas: 27 de janeiro, 17 de abril, 29 de maio, 17 de julho, 18 de setembro, 06 de novembro. A Sra.
205 Roselaine Dias deixa claro que a preocupação da Câmara Técnica na adequação do calendário
206 proposto, foi muito direcionada para Conferência. A Presidente coloca em votação o calendário de
207 reuniões do Pleno 2015, e não havendo manifestações contrária, é considerado aprovado. Segue
208 para o tema sobre o Edital de Composição do CNCD LGBT, a Presidenta relata que o Regimento
209 Interno foi aprovado na última reunião do Conselho e que, conversou com os três Presidentes da
210 Câmara Técnica, no sentido que a Mesa ainda não começaria com a composição de Mesa Ampliado
211 devido o prazo para o pedido de o jurídico ser até 31 de janeiro para publicação do novo
212 Regimento, iniciando apenas na reunião fevereiro de 2015. Esclarece que no prazo de 90 dias a
213 partir da publicação do Regimento terão que realizar o processo de convocatória e questiona se há

214 alguma dúvida, e não havendo, aprova o encaminhando de aguardarem a publicação do Regimento
215 Interno. Prosseguindo para o próximo ponto de pauta sobre a relatoria da Conferência Nacional
216 LGBT, o Sr. Zezinho discorre que a Mesa Diretora precisa preparar uma metodologia para o
217 Regimento da III Conferência e ressalta que, aprovado o Regimento com o tema, precisarão de uma
218 consultoria para ajudar a construir o documento orientador. A Presidenta arrazoa que dará um prazo
219 definido para leitura da relatoria para que sejam realizadas as apreciações pela Mesa Diretora
220 Ampliada. O Sr. Léo Mendes sugere realizar um Pleno Extraordinário para discutir sobre a
221 realização da Conferência para aprovarem já os encaminhamentos, com a presença da SDH. A Sra.
222 Marylúcia Mesquita Palmeira discorre que a proposta de tema central para a Conferência é “Por um
223 País que Criminalize a lesbofobia, a homofobia, a bifobia, e transfobia.”. Os participantes debatem
224 sobre a inclusão dos termos gayfobia e bifobia e a Representante do e- Jovem, Sra. Lohren Beauty,
225 afirma que não se senti completada enquanto transgênero nessa proposta. A Sra. Rita propõe alterar
226 a nomenclatura para “Por um País que Criminalize a Violência contra Gays, Lésbicas, Travestis e
227 Transexuais” por ainda não haver consenso em algumas palavras e a Sra. Keila Simpson sugere
228 levarem as terminologias da primeira versão de nomenclatura para a Conferência para definição. A
229 Presidente realiza a apreciação da proposta: “Por um País que Criminalize a Violência contra Gays,
230 Lésbicas, Travestis e Transexuais” e os Conselheiros concordam com a mesma e decidem realizar a
231 apreciação das novas terminologias na Conferência. Seguindo para as atribuições da Comissão
232 Organizadora da Conferência, a Sra. Marylúcia Mesquita Palmeira arrazoa que a proposta é: Artigo
233 19 : “A Comissão Organizadora Nacional é composta pelos integrantes do Conselho Nacional de
234 Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT.”; Parágrafo Único: “A Comissão
235 Organizadora Nacional será coordenada pela Presidência, Vice Presidência e Coordenação Geral
236 do Conselho LGBT.”; Número de Delegados: “A III Conferência Nacional LGBT contará com
237 1.023 participantes dentre os quais, 973 serão delegadas e delegados, e 50 serão de convidadas e
238 convidados.”; sendo todos aprovados pelos Conselheiros. Nesse sentido, a Sra. Marylúcia Mesquita
239 Palmeira informa que o Regimento será encaminhado por *e-mail* para todos os Conselheiros e o Sr.
240 Zezinho elucida que ao acrescentarem mais 50 delegados refletirá no número de Delegados nos
241 Estados e solicita que na tabela de Delegados do anexo II aparecesse uma coluna aplicando o índice
242 da cota de negros e pardos para facilitar. O Representante da FONAJUNE, Sr. Geovan, relata que
243 existe uma preocupação em garantir a proporcionalidade de acordo com os Estados através dos
244 dados do IBGE e ilustra que a proporcionalidade também deverá ser utilizada na delegação do

245 Governo, por ser delegados como qualquer outro. A Presidenta pondera que os Conselheiros terão o
246 prazo até 20 de janeiro de 2015 para apresentar qualquer destaque em relação ao texto integral do
247 Regimento da Conferência. A Sra. Marylúcia Mesquita Palmeira articula que realizará uma leitura
248 rápida da proposta de Resolução com relação à inclusão da identidade de gênero e orientação sexual
249 nos boletins de ocorrência. Feito a leitura da mesma, a Sra. Beatriz relata que a forma com a
250 redação está proposta deixa de fora o registro de ocorrência para dar visibilidade e o quantificar do
251 número de crimes relacionados à vítima LGBT e sugere inserir um parágrafo colocando que no
252 registro de ocorrência sempre será identificada a identidade de gênero da vítima. O Sr. Léo Mendes
253 discorre que precisam seguir o Código Penal e que, apenas estão tentando readequar os boletins de
254 ocorrência que estão nos computadores das delegacias de polícia para que tenham dados elementos
255 que interessem para o Conselho. A Sra. Beatriz esclarece que não existe problema legal em inserir
256 no boletim a definição da identidade de gênero e a Sra. Irina Karla Bacci compreende que é
257 importante está presente as Resoluções da OEA e da ONU. Após algumas ponderações, a Sra.
258 Beatriz retirar a sua sugestão de identificar a identidade de gênero da vítima, por entender que a
259 mesma pode se sentir constrangida, mas ressalta que precisam avaliar o custo/benefício com relação
260 a essa questão. Não havendo mais nenhuma discordância a cerca do que foi debatido, a Presidenta
261 relata que a Resolução será encaminhada para o Jurídico como foi estabelecido pelos Conselheiros.
262 A Sra. Beatriz compreende que não existe problema do Conselho emitir uma Resolução
263 recomendando um conjunto de diretrizes a serem adotadas, mas postula que seria importante
264 pactuar com o CONASP e com outros espaços para que referendassem a mesma ou criassem
265 recomendações próprias. A Presidenta arrazoa que a proposta de Resolução será enviada para o
266 Jurídico apenas para o mesmo realizar as devidas complementações legais que são necessárias e
267 segui para a explanação da Câmara Técnica do Plano. Uma participante discorre que a Câmara
268 realizou uma reunião, em que trabalharam para desenvolver uma Resolução com relação à questão
269 do nome social de travestis e transexuais na educação e pondera que gostaria de concordar com os
270 demais Conselheiros que as contribuições sejam enviadas por *e-mail* para maior agilidade do
271 processo. Realiza a sua leitura destacando as ideias utilizadas. Os Conselheiros parabenizam a
272 Câmara Técnica do Plano pela elaboração da Resolução e articulam que estão preocupados com
273 relação ao embate que pode haver com relação à questão do ECA. A Sra. Janaina Barbosa Oliveira
274 lembra que na última reunião informou sobre o diálogo iniciado desse Conselho com o
275 CONANDA, sendo que houve inclusive a proposta de duas resoluções conjuntas. Após alguns

276 debates, a Presidenta pondera que manterá a questão dos adolescentes, seguindo para o relato da
277 Câmara Técnica de Violência. A Sra. Maria Guilhermina Cunha Salasário solicita que na próxima
278 reunião seja realizado rodízios nas apresentações para que a Câmara Técnica de Combate a
279 Violência não fique sempre prejudicada em ser a última. Relata que tiveram uma reunião
280 extraordinária nos dias 03 e 04 de dezembro para tratar do que a princípio seria um Procedimento
281 Operacional Padrão - POP, sendo que foi recomendada pelo Ministério da Justiça a elaboração de
282 um caderno temático sobre a investigação de crimes de homofobia e transfobia. Articula que
283 enquanto participantes solicitaram a Secretaria de Direitos Humanos uma oficina que seria realizada
284 em fevereiro, visto que a mesma negou o pedido justificando que estariam no início de uma nova
285 gestão e propuseram que solicitasse uma consultoria para elaboração do caderno e posteriormente a
286 realização da oficina. Relata que os participantes não aceitaram a proposta e colocaram como
287 encaminhamento a realização da oficina na última semana de fevereiro. Informa que tiveram uma
288 reunião com o Coordenador do DISQUE 100 e com as pessoas do atendimento especializado, em
289 que foi colocada que no dia 03 de fevereiro será realizada uma visita e no dia 04 uma oficina com
290 os atendentes. Relata que as representações do MRE, da FASUBRA, da FONAJUNE e da SEPPIR
291 não estão aparecendo nas reuniões da Câmara, então solicita que a Mesa Diretora realizassem as
292 trocas ou informasse o que está acontecendo com essas entidades que não estão comparecendo nas
293 reuniões. Uma participante elucida que solicitou a alteração da SEPPIR para a Câmara de
294 Planejamento e Orçamento, que ainda não foi realizada. A Presidente informa que a Mesa Diretora
295 fará o encaminhamento e esclarecerá todos os problemas que estão estabelecidos. A Sra. Maria
296 Guilhermina Cunha Salasário retorna ao relato da Câmara discorrendo que o caderno temático
297 trabalhará a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e transfobia em um ponto separado. Ilustra que a
298 oficina deve ser construída pela SDH em parceria com o MJ, SPM e MDS e realizada nos dias 02 e
299 03 de fevereiro ou 26 e 27 de fevereiro e discorre que solicitaram a contratação da consultoria para
300 que fosse realizada a relatoria da oficina e a sistematização do caderno. Explana que o consultor
301 deve produzir: um acúmulo de direitos humanos; um relatório da oficina ao qual servira de subsídio
302 para o início da construção do caderno; ter conhecimento em ciências sociais, ciências políticas com
303 ênfase em direitos LGBT, direito penal com especialidades em crime contra LGBT ou direitos
304 humanos, teoria criminalística e em criminologia crítica; ter experiências em direitos humanos,
305 especificamente LGBT; experiência em direitos das mulheres ou de gênero. O Caderno deve conter:
306 os conceitos de identidade de gênero, orientação sexual, homofobia, lesbofobia, bifobia, e

307 transfobia; reconhecer a importância da caracterização dos crimes homofóbicos nos boletins de
308 ocorrência e a importância da caracterização desses crimes. A Sra. Beatriz explica que não puderam
309 elaborar o Procedimento Operacional Padrão por ser um documento muito técnico e limitado e que,
310 a ideia é elaborar o caderno para ser incorporado pela SENASP e publicá-lo provavelmente em
311 parceria com a SDH para terem uma orientação para os profissionais de segurança pública no
312 momento da investigação desse tipo de crime. O Sr. Léo Mendes infere que necessário elaborarem
313 um POP, pois a forma como o polícia vem agindo com as travestis, transexuais, gays e lésbicas não
314 se resolverão com um manual. Uma participante elucida que já existe um POP que será publicado,
315 que trata do procedimento operacional padrão para as Polícias Militares e Guardas Municipais,
316 inclusive com um capítulo específico de como abordar a população LGBT. A Sra. Marylúcia
317 Mesquita Palmeira considera a proposta da oficina do DISQUE 100 superinteressante e propõe que
318 a mesma seja estendida para todos os Conselheiros. O Sr. Carlos Alves compreende que o Conselho
319 deve assumir uma campanha com as redes de comunicação do Governo Federal. A Presidenta
320 informa que ocorrerá o Encontro Nordeste no período da visibilidade trans e irão fazer a solicitação
321 oficial para a participação do Conselho em um dia. Solicita que todos os relatores enviem os
322 documentos até às 16h de amanhã. **ENCERRAMENTO:** A Presidenta do Conselho, Sra. Janaina
323 Barbosa Oliveira, agradece a presença de todos e encerra a reunião.

324

325

326

Janaina Barbosa Oliveira

327

Presidenta do CNDC-LGBT

328

329

330

331

332

333

334

335

336

Brasília - DF

337

Dezembro de 2014.